O ESTADO, AS POLÍTICAS PÚBLICAS E AS TECNOLOGIAS

José Adailton Barroso Silva¹
Universidade Tiradentes
adailtonbarroso@gmail.com

Rita de Cássia Amorim Barroso ¹
Universidade Tiradentes
ritadte@gmail.com

Resumo

O presente artigo pretende apresentar discussões acerca da implantação de políticas públicas educacionais para utilização das TIC, no âmbito do atual contexto da globalização. Para isso, busca entender as modificações no papel do Estado, demonstrando que essas transformações estão ligadas à reestruturação do capital sendo justamente o aparelho estatal que vai se utilizar das novas tecnologias através de ações das políticas públicas, no âmbito neoliberal que impõe, sob o pretexto da adoção da modernidade, práticas universalizantes que têm como objetivo a introdução de tecnologias no sistema educacional, como forma de garantir mão de obra preparada para a acumulação flexível.

Palavras-chave: Estado, Tecnologias, Políticas Públicas, Globalização.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo presentar las discusiones sobre la aplicación de las políticas públicas para el uso educativo de las TIC en el contexto actual de la globalización. Por lo tanto, trata de comprender los cambios en el papel del Estado, lo que demuestra que estos cambios están relacionados con la reestructuración del capital que sólo el aparato estatal que utilizará las nuevas tecnologías a través de acciones de política pública bajo el sistema neoliberal que, bajo el pretexto la adopción de prácticas modernas que apuntan a la universalización de la introducción de tecnologías en el sistema educativo como una forma de garantizar la fuerza de trabajo preparada para la acumulación flexible.

Palabras clave: Estado, Tecnologías, Política Pública, Globalización

¹ Professor Mestre em Geografia pela UFS, professor da Universidade Tiradentes, Professor da Rede Estadual de ensino e professor do curso e colégio Ideal.

[2] Professora Esp. em Tecnologia Educativa pela UFRGS e em planejamento Educacional pela Universidade Salgado de Oliveira – RJ, professora da Universidade Tiradentes- UNIT, professora de Geografia da rede municipal de Aracaju/SE, técnica da Divisão de Tecnologia de Ensino/ SEED/SE e mestranda em Educação pela UNIT.

1. Breves considerações sobre o Estado

Não há precisão cronológica quanto às origens do Estado. O Estado aparece em sociedades que apresentavam divisão de tarefas, divisão de poder político e, representava a institucionalização organizacional do poder. Entretanto, foi com a decadência do sistema feudal que as bases do estado moderno começam a se estabelecer, criando as estruturas econômicas e sociais que marcaram o momento.

Rousseau, no livro Contrato Social, escrito em 1762, abordava as origens do Estado atribuindo a sua formação a uma necessidade que as pessoas possuem de abdicarem seus direitos em troca de vantagens de ordem social. Assim, ainda utilizando-se de Rousseau, pode-se atribuir as origens do Estado a um acordo entre os indivíduos, um Contrato Social.

Em uma interpretação desse Contrato, o Estado é uma construção moderna, de um conjunto de indivíduos que necessitam de uma organização social, de um aparato jurídico e burocrático para evitar um estágio sem organização e sem progresso. Então, o Estado organiza a sociedade civil.

Nesse sentido, outros estudiosos também contribuem com suas análises, a exemplo de Hobbes, que atribui a importância para o Estado como uma forma de controlar o impulso do homem ser o lobo do próximo. Assim, para Hobbes,

quando os homens primitivos vivem no estado natural, como animais, eles se jogam uns contra os outros pelo desejo de poder, de riquezas, de propriedades. É o impulso da propriedade burguesa que se desenvolve na Inglaterra “homo homini lupus”, cada homem é um lobo para o seu próximo. Mas como, dessa forma, os homens destroem-se uns aos outros, eles percebem a necessidade de estabelecerem entre eles um acordo, um contrato (GRUPPI, 1993 p.12)

Ainda nessa mesa linha, John Locke, atribui a origem do Estado também a um contrato, com a finalidade de preservar a propriedade, afirmando que:

os homens se juntam em sociedades políticas e submetem-se a um governo com a finalidade principal de conservarem suas propriedades. O estado natural (isto é, falta de um estado) não garante a propriedade. É necessário constituir um estado que garanta o exercício da propriedade, a segurança da propriedade (GRUPPI, 1993, p. 14)

Nessa perspectiva, pensadores como Rousseau, Locke e Hobbes apesar de diferenças entre seus pensamentos, apresentam fatos comuns. Além de desenvolverem seus pensamentos em um momento de ascensão capitalista, todos possuem a visão do Estado como

o resultado perfeito do processo de racionalização e controle das paixões, dos instintos e dos interesses.

Uma posição diferenciada somente vai ocorrer com as alterações ocorridas durante a Revolução Industrial, diante dos processos de urbanização e industrialização. Aparecem os críticos do Estado que tem em Saint-Simon, Karl Marx e Friedrich Engels seus maiores expoentes. O Estado passa a ser visto, nesse momento, como algo a ser superado e contrariando uma visão de que o aparelho estatal representa o agente de toda a sociedade e do interesse nacional.

No Manifesto Comunista, escrito por Marx e Engels em 1848, o poder executivo do Estado moderno não passa de um comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia. Já no livro *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* de Friedrich Engels, considerado como o mais representativo do marxismo sobre o Estado, traz a afirmação que

A força de coesão da sociedade civilizada é o Estado, que, em todos os períodos típicos, é exclusivamente o Estado da classe dominante e, de qualquer modo, essencialmente uma máquina destinada a reprimir a classe oprimida e explorada (ENGELS, 1982 p.199).

Vale ressaltar que, as discussões apresentadas até aqui, datam de um período que havia um recrudescimento do modo de produção capitalista, e que as diferenças entre o Estado desse momento e anteriores merecem destaque. O Estado Moderno apresenta uma soberania plena, ou seja, não permite que sua autoridade dependa de nenhuma outra.

Outra realidade diferente diz respeito à distinção entre a esfera pública e a esfera privada que se inicia com a ascensão da burguesia, que passa a tornar o Estado como organização/instituição distinto da sociedade civil embora seja expressão desta, e por fim, o reconhecimento da propriedade privada separada do Estado.

Essas diferenças por sua vez, inauguram novas discussões: de um lado aqueles que achavam o Estado uma necessidade como forma de organização da sociedade, mas que deveria se comportar apenas como observador, distante, para coibir os excessos contra a ordem econômica, passa a ser chamados de Liberais e entendem que fazer política é propor uma chegada ao poder (da burguesia), para dirigir o processo de hegemonização (ou homogeneização) do controle e comando do Estado e, sobretudo, da economia. Do outro lado, estavam aqueles que o interpretavam como um agente para a perpetuação do *status quo*, já que defende a propriedade e, portanto a desigualdade.

Não é uma pretensão desse artigo analisar esse último modelo de Estado, assim, vai direcionar seu olhar sobre o Estado Liberal e seus desdobramentos, que começam a dar sinais de esgotamento durante as primeiras décadas do século XX, quando o liberalismo não apresentava respostas para os problemas que apareciam como conseqüências da Primeira Guerra Mundial, da crise de 1929 e da Segunda Guerra Mundial.

O papel do Estado voltou à tona, e as políticas públicas tomaram uma importância vital para o desenvolvimento, ou para modificar o quadro de crise estrutural que se estabelecia no modo capitalista de produção oriundo dos problemas acima mencionados. Apesar do esgotamento do modelo apresentar-se já nas primeiras décadas do século XX, é verdade que já no início do século XIX,

O surgimento da grande empresa capitalista assinala uma nova fase do capitalismo – a da sociedade por ações e do grande capital financeiro – capaz de transformar significativamente o sistema, introduzindo-o na fase monopolista, fato fundamental para o aguçamento da partilha do mundo. Esse tipo de capitalismo, diferentemente do que viria tornar-se a *posteriori*, prima pela permanência e rigidez do sistema, necessitando de um Estado forte – O Welfare State, e da Ação Sindical como mecanismos reguladores dos interesses do trabalho e do capital (LIMA, 2007 p.34-35)

O modo de produção passava por uma reestruturação e como ação maior a expansão da internacionalização do capital criava mecanismos de garantir a reprodução desse, ampliando os mercados consumidores. Como forma de garantir essa reprodução as políticas deixaram de ser idealizadas nacionalmente e passaram a ser ditadas por organismos internacionais que surgiram a partir da Segunda Guerra Mundial.

Esses organismos liderados pelo Banco Mundial (BM), FMI (Fundo Monetário Internacional) e OMC (Organização Mundial do Comércio) passaram a tornar questionável a noção de soberania dos Estados, já que suas políticas deixaram de ser tratadas internamente e pensadas de maneira exógena.

Apesar disso, o Estado do Bem-Estar-Social ou o Welfare State também não perdura, e a exemplo do seu antecessor também dá sinais de esgotamento, diante da disputa entre o capital e o trabalho que passava a ser vencida por este último, entre outros motivos por conta do fortalecimento dos movimentos sindicais.

A crise do Welfare State representa mais uma vez a crise do próprio modo de produção capitalista que arrasta consigo a crise no processo produtivo fordista que tinha se fortalecido com a consolidação do estado do Bem-Estar-Social. O Estado da Providência deixa de ser interessante porque com os organismos internacionais as fronteiras se fragilizam

e com a mudança do processo produtivo do Fordismo para o Toyotismo, as tecnologias se aprofundam ficando acessível à maioria, mas também aumentando o desemprego, diminuindo o capital produtivo e a circulação de capital.

Um novo modelo de Estado é propagado, tendo como marco os governos de Margareth Thatcher e Ronaldo Reagan, respectivamente na Inglaterra e nos Estados Unidos da América, que divulgam através do que ficou conhecido como Consenso de Washington um manual de práticas que tinham como idéia central o retorno aos ideais propostos pelos liberais no século XVIII.

Surge assim, nas últimas décadas do século XX o Neoliberalismo, que defende a não intervenção do Estado na condução da economia, nas relações patrão-empregado e na oferta de serviços à sociedade, ou seja, “o estado mínimo”. Pode-se dizer ainda que o neoliberalismo é o próprio mercado. Este deve regular as relações entre indivíduos, entre compradores e vendedores, e não mais o Estado, tendo como lógica a redução dos gastos públicos, ou seja, diminuir a participação financeira do Estado no fornecimento de serviços sociais;

O Neoliberalismo inaugura uma nova reestruturação do modo de produção capitalista, trazendo consigo a necessidade dos Estados se submeterem às exigências do capital internacional, fragilizando suas fronteiras e colocando-os sob o jugo dos organismos internacionais que ditam o jogo dessa nova forma de acumulação capitalista, que é orientada pelo avanço científico- tecnológico.

Um dos eixos fundamentais do atual processo de reestruturação do capitalismo é a expansão das TIC, responsáveis pela transformação profunda dos processos de trabalho, da organização da empresa capitalista, das relações interempresariais de todos os tipos, das estruturas de comercialização, dos mercados financeiros, enfim, de toda a estrutura econômica mundial. (LIMA, 2007 p.35)

Com as novas TIC e com o avanço tecnológico, uma série de mudanças passa a ocorrer na sociedade a ponto de receber uma denominação de Terceira Revolução Industrial, ou Revolução Técnica-Científica. Pode-se apontar como exemplos dessas alterações as modificações nas relações de trabalho, as novas funções, as novas profissões sempre baseadas no uso da informática como uma necessidade da inclusão na chamada aldeia global.

2. Tecnologias e políticas públicas

As tecnologias sempre tiveram uma ligação muito forte com a ação do Estado. Tal afirmação pode ser confirmada a partir da observação da implantação de novas formas de produção que desde a Primeira Revolução Industrial, são disseminadas com o sentido de ampliar a acumulação de capital.

A Revolução industrial trouxe evidentemente, a industrialização que crescia na medida em que a automação foi dando mais espaço às máquinas, e que, infelizmente, foi deixando o trabalhador da indústria numa situação muito complicada e instável. Este, já na segunda metade do séc. XIX, por causa do processo de industrialização, passou a enfrentar o terrível fenômeno do desemprego e da redução salarial.

A industrialização passou a exigir mão-de-obra qualificada, e a consequência disso, é que pessoas com nível de instrução mais baixo ou sem qualificação profissional passaram a sentir muita dificuldade para conseguir alguma ocupação no mercado de trabalho. Podemos constatar, então, que a industrialização trouxe um aumento da riqueza às nações porque produziu maior quantidade de mercadorias, forçando os preços para baixo, e gerando melhores condições de consumo ao trabalhador. Proporcionou, também, que os governos conseguissem maior arrecadação de impostos, por causa do aumento da circulação de mercadorias, mas por outro lado, também constatou-se que ela gerou pobreza, principalmente nas grandes cidades, onde pessoas menos esclarecidas ficaram alijadas dos benefícios do processo. A simples industrialização retratada acima representava, portanto, a utilização das TIC já no século XVIII.

Feita essa breve explanação acerca da utilização da tecnologia na Revolução Industrial, não é pretensão desse artigo fazer uma retrospectiva da expansão das tecnologias desde a Revolução Industrial, mas estabelecer uma relação entre as políticas públicas e a utilização das TIC tomando como ponto principal a ação do Estado Neoliberal, já que é sob a égide desse Estado que ocorre a Terceira Revolução Industrial que, como já dito anteriormente, tem como característica básica o fortalecimento de uma sociedade que precisa exageradamente da Tecnologia para se expandir.

Uma das características centrais da atual mudança estrutural das economias industrializadas é a aceleração do progresso técnico, isto é, a intensificação do crescimento da taxa de acumulação de conhecimento científico e tecnológico (CARVALHO, 1994 p.93)

Para Marcuse (1999) a tecnologia é a marca do controle e da opressão. Se o homem não se reconhece no trabalho, a tecnologia prometida torna o sujeito obnubilado e mais subjugado às determinações sociais. Ainda para Marcuse (1999)

A tecnologia é concebida como um modo de produção em sua totalidade. É, ao mesmo tempo, uma forma de organizar e perpetuar (ou modificar) as relações sociais, uma manifestação do pensamento e dos padrões de comportamento dominantes, um instrumento de controle e dominação. (MARCUSE, 1999 p. p.73-74)

Fica claro nas palavras de Marcuse que a tecnologia, nesse olhar, oprime o homem, e atende a interesses dominantes que colocam os avanços técnicos como libertadores para ele, por possibilitar o rompimento de uma série de limites impostos pela natureza e pelas suas próprias condições físicas. Entretanto, é importante deixar explícito que tais possibilidades, no entanto, permanece para a imensa maioria da humanidade uma mera promessa, pois o capitalismo se vê impossibilitado de cumprir tarefas sociais correspondentes ao avanço técnico alcançado.

Outro aspecto importantíssimo que está ligado diretamente à expansão das TIC nos dias atuais é o processo de encurtamento das distâncias, que amplia as trocas internacionais levando ao conceito da Globalização.

Para Santos (2003) há um discurso que leva a pretensão consenso do atual estágio da econômica capitalista, que se atribui o nome da Globalização, e nesse sentido

É preciso separar o que vem ocorrendo no campo das novas tecnologias e, portanto, com características reais, dos aspectos políticos e das opções de organização econômica, social e cultural, que vêm sendo tomadas pelas camadas dominantes, além das necessárias disputas entre diferentes projetos de sociedade e das diferentes formas de inserção dos setores sociais e regiões nessa pretensa globalização. (PEREIRA, 2008 p.116)

A Globalização pode ser entendida como um processo histórico, e tem a disseminação do termo no final da década de 80, inicialmente em escolas de administração de empresas e segundo Sene (2004) quando do lançamento do artigo do professor Theodore Levitt, da Universidade de Harvard, intitulado The globalization of markets. Ainda segundo Sene (2004) Levitt argumentava que as empresas deveriam ter uma estratégia única de produção e marketing em escala mundial devido à tendência de homogeneização das demandas e dos hábitos de consumo.

Entretanto, não há consenso quanto à origem do termo. Em uma outra vertente, atribui-se o termo globalização a uma linguagem da comunicação e não da administração e nesse sentido, a origem do termo estaria nos escritos de Marshall McLuhan, teórico canadense das comunicações, que seria o primeiro escritor a utilizar os termos “aldeia global” e “era da informação”.

Mas cabe lembrar que apesar de não citar o termo e haver poucos escritos que se preocupem em recuperar suas análises, pode-se dizer que Marx, em seu Manifesto Comunista (1848) já falava dessa ampliação das trocas internacionais:

A necessidade um mercado em expansão constante para seus produtos persegue a burguesia por toda a superfície do globo. Precisa instalar-se em todos os lugares, estabelecer conexões em todos os lugares (...). Em lugar das antigas necessidades, satisfeitas pela produção do país, encontramos novas necessidades. (...) No lugar da antiga reclusão e auto-suficiência local e nacional, temos conexões em todas as direções, uma interdependência universal das nações (MARX e ENGELS, 1998 p. 15)

Assim, a Globalização faz parte de um longo processo histórico de expansão capitalista e se o termo é recente ou não o processo em si não tem nada de novo e se difundiu atrelado ao discurso neoliberal veiculado por instituições internacionais como o FMI, UNESCO e Banco Mundial.

No Brasil, parte desse discurso consta na adoção de políticas públicas voltadas para a educação e novas tecnologias.

Para Lima, é imprescindível:

A leitura e a análise crítica desse movimento, para verificarmos como se expressam os interesses do Estado através dos mecanismos de regulação da educação nacional, em relação à democratização e universalização das TIC e a qual grau de participação da sociedade nesse empreendimento. (LIMA, 2007 p. 73)

A professora Lima diz ainda que para o Estado a articulação entre as TIC e a sociedade será mediada pela escola, e que os Organismos Internacionais sob a égide dos Estados Nacionais preconizavam políticas indutoras da criação de emprego e renda sob os investimentos em educação.

A informação terá que marcar sua entrada nas escolas, terminando nos setores intelectualizados da produção.

O discurso da informação, do conhecimento e da cultura, mediado pelas redes digitais e demais tecnologias educativas, já se faz presente nas academias e escolas, significando, assim, que as TIC invadem a sociedade generalizando-se, precarizando as formas de trabalho e atribuindo novos sentidos às práticas sociais. (LIMA, 2007 p.67)

Vale lembrar que todo esse movimento acontece em um momento que os estudiosos chamam de Terceira Revolução Industrial, e que a ciência e a tecnologia têm uma importância fundamental, entretanto, em países subdesenvolvidos como o Brasil os investimentos nesses dois campos sempre foram insuficientes, cabendo agora ao Estado incrementar as políticas para a articulação entre as TIC e a sociedade.

Como exemplos dessas políticas, podem ser citados a Educação Continuada, a proposta dos PCNEM (Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio) de introduzir computadores na educação ou mesmo a canalização de investimentos para o ensino fundamental e básico, a fim de atender às determinações de financiamento do Banco Mundial e FMI. Junte-se a esses, o programa Avança Brasil, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e o PNE (Plano Nacional de Educação) que também podem ser enquadrados no campo das políticas públicas para atender aos interesses de formação de mão obra que propicie a acumulação flexível do capital, e a subsunção do trabalho intelectual.

Segundo Lima (2007), o primeiro passo sistemático, no sentido de uma ação para informatizar a educação, por parte do Estado, nasceu com o projeto EDUCOM. Assim:

O EDUCOM foi a primeira ação estatal a levar ao chão das escolas a informática, podendo vir a se constituir mais tarde, em política pública de informática educativa envolvendo uma série de instituições que expunham a complexidade que a área envolve, assim como as instâncias políticas que a conformavam. (LIMA, 2007 p. 123)

Além do EDUCOM, a sociedade brasileira conhece ainda a Ação Imediata de Informática na Educação e o PRONINFE (Programa Nacional de Informática Educativa), programas que segundo Lima, se constituem em programas de uso do computador isolado na educação e não significava programas que envolvessem as TIC.

Esse envolvimento das TIC na educação vai acontecer no PROINFO (Programa Nacional de Informática na Educação) que é visto como um dos principais programas em termos de ações governamentais. O PROINFO foi instituído pela portaria de Ministerial de

número 522, de 09 de abril de 1997, com a finalidade de promover o uso pedagógico das tecnologias aplicadas à educação nas escolas públicas de ensino fundamental e médio.

Em 2007, a Secretaria de Educação à Distância, no contexto do plano e Desenvolvimento da Educação – PDE elaborou revisão do Programa postulando a integração e articulação de três componentes:

A instalação de ambientes tecnológicos as escolas (laboratórios de informática com computadores, impressoras e outros equipamentos, e acesso a internet – banda larga;

A formação continuada dos professores e outros agentes educacionais para o uso pedagógico das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC); a oferta de conteúdos educacionais e recursos educacionais multimídia e digitais, soluções e sistemas de informação disponibilizados pela SEED – MEC nos próprios computadores por meio do portal do professor e da TV ESCOLA (TV-DVD).

A idéia fundamental do PROINFO é promover o uso pedagógico das diversas mídias eletrônicas nas escolas públicas de todo o Brasil. Para isso, o programa atua em duas frentes: equipando as escolas com tecnologias da informação e capacitando professores para fazer o uso adequado dos recursos no processo ensino-aprendizagem.

O Programa Nacional de Informática na Educação, proposto pelo MEC, pretende iniciar o processo de universalização do uso de tecnologia de ponta no sistema público de ensino. A garantia de otimização dos vultosos recursos públicos nele investidos reside, em primeiro lugar, na ênfase dada à capacitação de recursos humanos, que precede a instalação de equipamentos e responde por 46% do custo total do programa, segundo dados do MEC. A exigência de infra-estrutura física e de suporte técnico para funcionamento dos equipamentos, em segundo lugar, assegura o uso educacional dos mesmos.

O respeito à autonomia pedagógico-administrativa dos sistemas estaduais de ensino, em terceiro lugar, levou o MEC a propor a implementação descentralizada do Programa, tornando-o flexível e contextualizado. Isto evita os riscos de ignorar peculiaridades locais, rumos já traçados e esforços desenvolvidos ou em desenvolvimento por outras esferas administrativas, ampliando assim as possibilidades de êxito.

O MEC, no papel político-estratégico de coordenar a Política Nacional de Educação, tem criado ou reformulado mecanismos de apoio ao sistema público de educação, para o qual traçou, dentre outras, as seguintes diretrizes: fortalecimento da ação pedagógica do professor na sala de aula e da gestão da escola, maior envolvimento da sociedade na busca de soluções educacionais e modernização com inovações tecnológicas introduzidas no

processo ensino-aprendizagem. Este Programa, portanto, se insere no conjunto de ações desenvolvidas em respeito a estas diretrizes.

Visto isso, o PROINFO pode ser analisado da seguinte forma:

Diferentemente da LDB, o PROINFO utiliza o trabalho como categoria do processo de reestruturação produtiva e o conhecimento como centralidade. Não faz todavia, uma leitura do conhecimento enquanto trabalho subsumido, reforçando a centralidade do trabalho intelectual. Assimila bem a nova discussão acerca das TIC ao exprimir as possibilidades advindas da relação homem-máquina, no processo de produção de subjetividades, e sublinha com precisão neste campo, a produção, socialização e divulgação do conhecimento, tocando de leve na função das TIC como fator de democratização e de cultura na escola. (LIMA, 2007 p.135-136)

Apesar de se constituir em um dos grandes programas com vistas a utilização das tecnologias na educação, vale ressaltar que alguns problemas podem ser apontados. Primeiro que atende a uma visão industrial da informática no país, depois que até a iniciativa do EDUCOM com a visão do uso da tecnologia do computador era Coerente, posto que a concepção pedagógica dos programas era gestado pelas universidades no que se refere a produção de softwares, capacitação de professores, no momento em que a saída das idéias pedagógicas passam a ser ditadas pelos gabinetes ministeriais a situação do programa modifica.

Alem disso faz-se necessário entender se as políticas públicas através das diretrizes nacionais do programa estão em consonância com as políticas públicas estaduais. Precisa-se mesmo é confirmar se existe de fato uma política de tecnologias nos estados em que o programa está implantado, bem como, quanto ao seu monitoramento e avaliação das ações que tem como endereço final a escola.

Considerações Finais

As últimas décadas do século XX ficaram marcadas pela velocidade das transformações movidas principalmente pela informática que inauguraram o início de um processo que ficou definido como Revolução Técnico-científica ou Terceira Revolução

Industrial. A base dessa Revolução é a informação, e, por conseguinte a educação tem papel preponderante na preparação da mão de obra a ser utilizada.

Outro elemento fundamental para a preparação dessa mão de obra, e incremento das bases da Terceira Revolução Industrial, é o Estado, visto que é através dele que as políticas públicas são implementadas. Portanto, fica claro que há necessidade da relação Estado e políticas públicas para que a Terceira Revolução Industrial se desenvolva na sociedade.

O Estado, independente do seu modelo, sempre atuou de forma a garantir a perpetuação do modo de produção capitalista, garantindo a mão-de-obra e o exército de reserva e para isso, seja no Estado Liberal, seja no Estado da Providência ou no Estado Neoliberal as políticas públicas voltadas para a educação acompanham o momento histórico.

O Estado Neoliberal desenvolve-se paralelo às idéias da globalização e o discurso da fragilização das fronteiras e do próprio Estado se faz presente, para atender aos interesses dos organismos internacionais e do próprio capital que deixou ser produtivo e agora vive da especulação, sob a égide do capital financeiro.

O entendimento dessa forma de capital leva a crer que a mão de obra para atuar nesse momento, não pode ter as mesmas características da mão de obra que estava sendo preparada para atuar quando do capital industrial e apesar de reconhecer que a separação do trabalho intelectual não é recente, o modelo atual onde se vivencia a precarização do trabalho e a subsunção do trabalho intelectual, necessita fielmente da informatização para sua execução.

Fica claro, assim, que sociedade da informação nada mais é que um discurso que legitima a utilização das políticas para atender a um processo de reorganização do capitalismo e não pode prescindir da educação para concretização do seu projeto. É aí que entram as políticas de inclusão digital, trazendo os exemplos já colocados no texto como EDUCOM, PRONINFE e PROINFO.

Esses projetos servem então, para a universalização e democratização de tecnologias na sociedade que têm na escola o caminho mais viável, para criar uma cultura integrada aos interesses globalizantes.

Referências

- CARVALHO, Ruy de Quadros. Capacitação tecnológica, revalorização do trabalho e educação. In: Ferreti, Celso João et al. **Novas Tecnologias, trabalho e Educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982 8ª Ed. p. 199
- GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**. Porto Alegre – RS: L&PM Editores Ltda. 1980
- LIMA, Maria de Fátima Monte Lima. **No Fio de esperança: Políticas Públicas de Comunicação e Tecnologias da Informação e da Comunicação**. Maceió: EDUFAL, 2007.
- MARCUSE, Herbert. **Tecnologia, Guerra e Fascismo**. São Paulo: UNESP, 1999.
- MARX, Karl e Engels, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1998.
- PEREIRA, Eduardo Tadeu. **Boaventura de Sousa Santos e a Sociedade civil em tempos de globalização**. In: Revista de Filosofia. V.20, n.26. p 113-126.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 2003.
- SENE, Eustáquio de. **Globalização e Espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2004.